

S. Exa. classificará isto dentro do Plano de Ação que S. Exa. ainda agora incensou, elogiou como uma obra admirável. S. Exa. acho que conhece o Plano de Ação pelas notícias dessas agências de publicidade. O orçamento não consigna estas verbas. Onde saem elas? Por que verba é paga esta publicidade? Podem informar-me os Srs. deputados que privam dos conselhos governamentais, que frequentam os Campos Elísios, donde saem estas verbas para publicidade e para financiar agências de publicidade? No orçamento, por mais que fulheie, não encontro rubrica alguma para esta finalidade. E' misterio do honradissimo Prof. Carvalho Pinto. Este não é honrado, este é honradissimo. E aqui está o jornal que defende o governo, o Plano de Ação, a publicar esta falatrúia. Que nomes poderei usar? Não é mistificação, não é mentira não é fraude, não é furto? Claro que sim, Srs. deputados. Que V. Exas. defendam esta gente eu admito. Eu admito. Há outros fatores na vida política. Há até fatores ponderáveis a orientar os políticos. Mas o que me parece indefensável é a atitude daquele que quer defender "à outrance" um governo, que quer negar a evidência dos fatos e proclamar honestidade no desonesto. Isto é que não posso admitir e nem posso entender, que o Prof. Carvalho Pinto vista toga angelical, cinja-se da auréola dos querubins, venha à praça pública como virtuoso homem do Estado e pratique furtos desta ordem, fraude o orçamento, como acabou de comprovar, e continue a impingir a opinião pública a mentira do equilíbrio orçamentário!

Há cinco anos, desta tribuna, acompanhando vozes muito mais autorizadas de ilustres colegas, temos denunciado isso. Não houve equilíbrio orçamentário no governo passado. Houve deficit de mais de 6 bilhões de cruzeiros! A dívida pública aumentou de 12 bilhões de cruzeiros! Isso está comprovado. Mas a publicidade desvirtua os fatos e os apresenta inteiramente desfigurados, ao entendimento do nosso povo. E há alguém que venha ainda argumentar, com a vitória eleitoral! Ela teria de vir, inexoravelmente, fruto de um grande engano, de uma perfida e sordida mentira.

Quem se orgulhar do fruto que colheu já se esqueceu dos rudes mas altaneiros princípios morais que devem reger a conduta humana. Eu me envergonharia de colher o fruto dessa vitória. Se os meios justificam os fins, então está certo. Então esses meios são lícitos, são decentes, são honestos, são dignos? Continuem a utilizá-los, seguidores do honradissimo, e continuem a acusar os outros de desonestos, como aquele que furta carteira do outro e sai correndo, gritando "pega ladrão!"

E' fácil acusar os outros de desonestidade, para distrair a opinião pública por meio de publicidade regimemente paga com o suor honrado do nosso contribuinte!

Perdoe-me, nobre deputado Jéthéro de Faria Cardoso, por conceder somente agora o aparte a V. Exa.

O Sr. Jéthéro de Faria Cardoso — Nobre deputado Hilário Torloni, quando Roosevelt iniciou a política financeira do New Deal em 1932, os grandes consórcios financeiros submeteram os meios de propaganda norte-americana ao péso do seu ouro, e de tal forma deformaram o programa do grande Presidente que este teve de intervir quase que com violência no setor da preparação da opinião pública, sem o que não conseguiria contornar a crise que avassalava a economia norte-americana. Hoje, em nosso Estado, e principalmente no ano passado, quando debatemos, neste Parlamento, o chamado Plano de Ação, observei que o inverso ocorria aqui. A imprensa, o rádio e a televisão nos vergastavam com violência. Nós, que, desta tribuna, durante horas seguidas, examinávamos todos os aspectos econômicos do Estado de São Paulo, desde o técnico nos rios, dos mares e dos portos, da pesca; desde os problemas econômicos até os problemas sociais, demonstrando que não existia planificação naquele projeto de lei, que o "Plano de Ação" era uma simples abertura de crédito de 100 bilhões de cruzeiros para o Executivo gastar como e onde quisesse; observava eu, então, que a imprensa nos vergastava, tachando-nos de meros obstrucionistas, de homens que não desejavam o progresso de São Paulo, o desenvolvimento da nossa economia. Mas, fazíamos justamente o inverso. Preocupado com aquela atitude desonesta dos proprietários de todos os meios de divulgação do nosso Estado, requeri ao Executivo, há um ano, o envio a esta Casa dos contratos entre o Governo e as empresas de divulgação, e a imprensa. Até hoje esse requerimento não teve resposta.

O SR. HILÁRIO TORLONI — Aqui está a resposta, nessa notícia que li.

O Sr. Jéthéro de Faria Cardoso — Desejo aproveitar este aparte para fazer um apelo, neste meu segundo ano de mandato, ao Prof. Carvalho Pinto, para que responda àquele requerimento de informações. E' um apelo simples e modesto, que talvez nem seja ouvido, porque a mordacidade dos meios de divulgação ameaça recair sobre a minoria deste parlamento. Entretanto, quem sabe o "Diário Oficial" ainda seja lido pelo Poder Executivo. Fica aí o meu apelo. Cumprimento-o pela extraordinária oração de V. Excia.

O SR. HILÁRIO TORLONI — Nobre deputado, esta Assembléia lembra-se da luta aqui travada, quando da discussão do Plano de Ação, e tem gravada na retina a figura de V. Exa., que durante longas horas combateu aquele crédito, pela indiscriminação dos gastos, pelo caráter global da verba sem umudenciar nenhuma despesa. Foi tudo em vão. Desceu em torno de nós a cortina de papel da imprensa, o silêncio do rádio e o negrume da televisão. O "Diário Oficial" foi o periscópio de que o povo de São Paulo se serviu para assistir a essa luta, mas é pequenina a parcela de povo que o lê. O Prof. Carvalho Pinto sabe do grande papel da imprensa e por isso gasta em publicidade, por isso controla hoje todos os meios de propaganda de São Paulo, instalando, em pleno regime democrático, a pior das ditaduras, o pur dos totalitarismos, aquele que nem a Europa conheceu em nenhum dos regimes pseudo-democráticos. Aqui, em pleno regime constitucional, um governador de Estado compra publicidade de todos os veículos de formação da opinião pública, elabora e plasma ao seu alvedrio, ao seu sabor a opinião pública e realiza eleições e as vence. E vem algum deputado dizer: "O povo responde contra os seus argumentos!" Não! O povo não responde contra os meus argumentos, nobre deputado Costabile Romano. O povo não sabe da verdade; o povo lê uma notícia como esta outra que tenho em mãos — "Uma obra por dia, do Plano de Ação" — e fica acreditando. Vê a fotografia e diz: "É verdade, uma obra por dia!" Mas aqui só tem uma obra, só tem esta, e no dia seguinte o jornal não traz nenhuma; noutra semana não traz nenhuma. E no entanto, o título diz: "Uma obra por dia", e o povo acredita porque vê a fotografia desta obra. Esta obra é um prédio de ginásio construído pelo Instituto de Previdência do Estado em terreno doado pela Prefeitura. A Prefeitura entra com o terreno, o funcionalismo público entra com o dinheiro, porque é o dinheiro do Instituto de Previdência, e o Governador faz a publicidade e diz que é dele. Isto é mentir, isto é mistificar, isto é fraudar. E o crime inominável, crime imperdoável deste Governador, a mentir e a embair a opinião pública de São Paulo. A Prefeitura deu o terreno, o funcionalismo público entrou com o dinheiro, o Governador faz a publicidade e diz que é dele. E ainda há quem acredite; há até deputados que acreditam...

Sr. Presidente e Srs. deputados, se V. Exas. leram como acredito que o fizeram, a mensagem introdutória a este projeto de lei, não de ter visto coisas curiosas sobre as quais gostaria de demorar-me, mas infelizmente, não me vai ser possível. O tempo de que disponho é escasso. Mas há aqui um item que visa reforçar em quinze milhões de cruzeiros a verba para refeições — café e lanche — dos presos recolhidos nas cadeias. Só isto mereceria, numa das próximas sessões, um estudo sobre o que se está passando em nosso sistema penitenciário, e V. Exas. vão ouvir, estupefactos, as conclusões a que estou chegando com os dados que colocarei perante V. Exas. sobre o que era este sistema em governos passados e o que está sendo hoje. V. Exas. verão quanto custa hoje um preso para o povo de São Paulo, comparativamente com os governos anteriores, que alguns nobres deputados gestam sempre de citar: governos de Ademar de Barros, governo de Lucas Nogueira Garcez, e de Jânio Quadros. V. Exas. verão o que é um descalabro governamental, ou melhor, sua ou das seus secretários, porque o que se passa no sistema penitenciário nosso, hoje, é simplesmente vergonhoso. Nunca se produziu tão pouco nos estabelecimentos penais, nunca um preso custou tão caro aos contribuintes paulistas e nunca houve tantas guardas de presídios para cada preso.

Dizem até que guarda de presídio é instrumento eleitoral de eleição. Para um e outro Sr. deputado deve ser. Medida excepcional, não há dúvida. Um ou outro deputado terá, talvez, nomeado, às centenas, estas guardas de presídio, porque são nomeadas guardas de presídio, às centenas, não ao estabelecimento penal, tomam posse e desaparecem, viram sorvete e vão reaparecer em outras unidades administrativas. Alguns vão para a Secretaria da Saúde, outros para uma escola qualquer, mas são guardas de presídio. A verba é para guardas de presídio. E eu, ao fazer este cálculo, fiquei realmente envergonhado.

Vou trazer-lhes a V. Exas. Preparem V. Exas. os dados da Secretaria da Justiça, para confrontarmos juntos, os que eu colhi e os que a Secretaria ha de fornecer, talvez ao próprio deputado Costabile Romano.

Além dos 15 milhões para alimentação dos presos, há mais uma outra verba: "Cr\$ 25.600.000,00. Decorre da admissão, a ser determinada ainda neste exercício, de guardas de presídio, médicos, enfermeiros, escrivães, metistas, etc. Plenamente justificada sua necessidade, seja devido ao número elevado de detentos, seja ainda para que se consiga uma perfeita vigilância, de duas turmas, cada uma em dois períodos, nos quatro edifícios" etc., etc.

Mas guardas de presídio. Não diz quantos são. Preciso acompanhar pelo "Diário Oficial", as novas levas de nomeações...

Faltou verba para alimentar doentes, no Departamento de Profilaxia da Lepra, no Serviço do Pênfigo Foliáceo, no Serviço de Assistência aos Psicopatas: Cr\$ 150.716.400,00.

Mas o Governador não disse que o orçamento havia sido tecnicamente elaborado, com exatidão matemática, como nunca se fez em São Paulo? Mas então faltou até medicamento nos Departamentos de Profilaxia de Lepra, do Pênfigo Foliáceo e de Psicopatas?

Que Governo imprevidente é esse? Mas se ele dotasse bem esses departamentos, o orçamento estaria desequilibrado e como fazer propaganda eleitoral se o orçamento ficasse desequilibrado? Então foi necessário mentir, foi necessário fraudar, foi necessário mistificar.

Estou insistindo nesta tecla, Srs. deputados, porque já veio o novo orçamento, para 61. e V. Exas. vão ver que este também está falsificado. Não é o orçamento verdadeiro.

Outra suplementação que me chamou a atenção foi a da verba de passes ferroviários.

Num ano eleitoral a gente fica estranhando: Como o Governo estourou a verba de passes? Pede uma suplementação grande para passes. V. Exas. não gastaram esta verba, porque V. Exas., pela natureza do mandato, já têm passes permanentes nas ferrovias do Estado. Foi o Governo mesmo quem gastou. Mas gastou demais! As verbas de passes estouraram e agora é preciso pagar as ferrovias. O Governo está pendurado nas ferrovias. Precisa pagar as requisições. A Secretaria da Agricultura pede 58 milhões de cruzeiros para passes.

Eu vou ler, porque é possível que alguém não acredite, porque dizem que o Sr. Bonifácio Coutinho, da Secretaria da Agricultura, é também um homem corretíssimo. Aliás, esse Governo é todo de homens honrados. Mas aparecem certas coisas nas mensagens do Governo, que fazem a gente suspeitar. Pode ser uma suspeita infundada, mas aqui solicita uma verba de 58 milhões para a Secretaria da Agricultura, a fim de atender aos pagamentos das Estradas de Ferro, para transporte realizado pela Secretaria da Agricultura. São passes mesmo. 58 milhões a mais para passes, no ano eleitoral, e vem o nobre deputado Costabile Romano dizer — "mas nós ganhamos as eleições". Pudeira! O povo está pagando tudo isso: Mais adiante diz que "considerando a ampliação das estações experimentais"... e ampliação do ensino agrícola em todo o interior do Estado"... E' uma verdadeira pláida! "Considerando a ampliação do ensino agrícola em todo o Estado"... ensino agrícola... ampliação do ensino agrícola. Quem viu essa ampliação do ensino agrícola, relegado ao mais completo abandono? Mais adiante ainda, diz: "considerando o aumento dos fretes e preço das passagens das estradas precisa reajustar as dotações de ferrovias do Estado. Mas quem é que aumenta os fretes ferroviários e o preço das passagens? Não é o Governo? Essas ferrovias não são do Estado?"

O Governo aumenta e diz "os preços são elevados. As verbas estão estouradas. Precisamos reajustar." E' para rir! O Governo confessa também (agora é a Secretaria da Viação) que praticou uma ignomínia. Suplementou uma verba para enquadrar como servidores extra-numerários dez técnicos em contabilidade que prestam atualmente serviço no D.O.S., Seção do Pessoal, na categoria de P.O. — Pessoal de Obras. Vejam V. Exas. O Governo admite técnicos em contabilidade como Pessoal de Obras, como P.O. V. Exas. sabem por que. Porque como P.O. não sai no "Diário Oficial". Esta é a janela por onde entram os apadrinhados, os afilhados desse Governo honrado e honesto do deputado Costabile Romano. Técnicos em contabilidade admitidos como Pessoal de Obras! Está aqui na página três do nosso avulso. Técnicos de contabilidade admitidos como P.O. — Pessoal de Obras! Agora é preciso colocá-los na folha dos extra-numerários. Então precisa sair o nome no "Diário Oficial". Precisa verba para pagar. As eleições passaram. E' preciso confessar.

Ainda na Secretaria da Viação lê-se: "Suplementação para verba de limpeza". Vejam V. Exas. que governo imprevidente é esse. E também pede suplementação de verba para novas admissões. Quarenta e três milhões para novas admissões. Ano eleitoral, novas admissões. E a Secretaria da Viação também suplementa verba de passes. Um milhão de cruzeiros para passes.

Sr. Presidente e Srs. deputados, passo de largo nestes outros itens. E' doloroso o exame desta peça. Vou fixar-me agora num ponto importante. Pergunto a V. Exas. Srs. deputados do Governo, se sabem em que ponto se acham as finanças das ferrovias do nosso Estado? Tenho impressão que V. Exas. não tiveram oportunidade ou talvez tempo para examinar a matéria. Mas ela é altamente instrutiva. Se V. Exas. examinarem a situação financeira de no-sas ferrovias V. Exas. não poderão mais elogiar aqui, de boa mente, este governo. E' um descalabro total. As nossas estradas de ferro estão inteiramente desmanteladas. Fala-se de governos passados: Ademar de Barros, Lucas Nogueira Garcez etc. Não os conhecemos. Não foram ótimos. Talvez nem bons tenham sido. Mas este governo de Jânio Quadros teria muito que aprender em matéria de administração com aqueles seus antecessores. Chamo atenção do nobre deputado Costabile Romano e de outros Srs. deputados que aqui me honram com a sua presença para a situação, por exemplo da Estrada de Ferro Sorocabana, cuja verba, cuja dotação o governo pede que seja suplementada. Nobres deputados, neste reajustamento pede-se para a Sorocabana 400 milhões de cruzeiros para cobrir deficits de operação da estrada. O nobre deputado Costabile Romano ignora, por certo, pois que não acompanhou aqueles governos, o que era a Sorocabana. Vou lembrar a S. Exa.

O Sr. Costabile Romano — Conhece V. Exa. a Mogiana? O SR. HILÁRIO TORLONI — Conheci e conheço. Vou chegar à Mogiana, de estrada de ferro em estrada de ferro, de linha em linha, de trem em trem! Lá chegaremos. Começemos pela Sorocabana. Ignora V. Exa. o que era a Sorocabana financeiramente? Claro que sim. Ignora V. Exa. o que é hoje a Sorocabana? Não duvido. Se não, não defenderia este governo nem teria defendido o de Jânio Quadros, que enterrou a Sorocabana, que a desmantelou. Vou citar só dados oficiais. Relatórios que passarei depois às mãos de V. Exas. Mensagens do Governador. Orçamentos. Só. Circir-me-ei a cifras oficiais.

Qual era a situação da Sorocabana quando Jânio Quadros iniciou o governo. Aqui estão os Relatórios da E.F.S. a partir de 1954. Jânio Quadros iniciou o seu governo em 1955. Diz este Relatório:

De 1951 a 1954 vieram saldos positivos: "De 29 milhões, 850 mil em 1952; de 29 milhões 521 mil em 1953; de 195 milhões em 1954. Saldos positivos da Sorocabana. Em 1954 o superavit da Sorocabana foi de 195 milhões de cruzeiros, acusando o referido período (quadrênio Garcez) o saldo de 188 milhões 820 mil cruzeiros por ano, índice seguro da recuperação financeira obtida por uma direção eficiente" etc., etc.

O saldo de 195 milhões 207 mil em 1954, é o maior verificado na Sorocabana e nas estradas de ferro do Brasil.

Assim Jânio Quadros recebeu a Sorocabana, com um saldo, em 1954, de 195 milhões. Dinheiro em caixa. "Superavit". A média de 4 anos de Garcez deu um superavit de 188 milhões. E' a Sorocabana, portanto, um orgulho para a economia paulista.

Vejam os 1955, 1956, 1957 e 1958. Relatório da Sorocabana em 1955. Mensagem do Governador Jânio Quadros em 14 de março de 1956. Página 161: "1955 — Sorocabana — Resultado positivo — "Superavit" 227 milhões. Em 1955 o "superavit" aumentou na Sorocabana. De 188 milhões em 1954, passou a 227 milhões em 1955. Melhorou a situação da ferrovia em 1955! Em 1956 — Relatório da Sorocabana — "Superavit" ainda. Já menor: 165 milhões. O "superavit" que era de 227 milhões baixou para 165 milhões em 1956. Em 1957 a Sorocabana apresenta "deficit" de 546 milhões de cruzeiros! A Sorocabana, que vinha dando "superavit" em escala crescente, tendo chegado a 227 milhões de "superavit", entra em 1957 no maior descalabro da sua história, com um deficit de 546 milhões! Aqui não entram empréstimos. E' deficit de operação, a que chamamos "deficit operacional". Receita e despesa da estrada: Um deficit de mais de meio bilhão. Isto em 1957. Vejam os 1958, último ano do governo Jânio Quadros. E' o Tribunal de Contas que entra agora com seus dados. O exame não é fácil. Esse governador escamoteava os dados. Eis o parecer do Tribunal de Contas sobre o exercício de 1958: "Estrada de Ferro Sorocabana — Suplemento recebido em 1958 (E' dinheiro vivo, não é empréstimo. E' para tapar buracos, para suprir "deficit"). "Suplemento de 1958: 1 bilhão e 446 milhões". Esta é a Sorocabana de Jânio Quadros, que ele recebeu como única situação que era um orgulho da economia e do sistema de transportes do Brasil.

O Sr. Costabile Romano — V. Exa. permite um aparte?

O SR. HILÁRIO TORLONI — Tem V. Exa. o aparte?

O Sr. Costabile Romano — Sr. deputado, V. Exa. está fazendo uma demonstração do "deficit" da Estrada de Ferro Sorocabana. Descrevia que V. Exa. ampliasse um bocadinho mais a sua demonstração, porque me parece que V. Exa. está sendo um pouco farsesco. Está demonstrando exclusivamente a parte deficitária. Essa parte provém da compra de melhoramentos e de despesas feitas com outras iniciativas tomadas, pela direção da Estrada. V. Exa. verá que o deficit acusado aquele ano na Estrada de Ferro Sorocabana não foi devido a má administração. Veja também V. Exa. que não foi por descalabro, como está dizendo, por ter havido desvio ou outra coisa qualquer. V. Exa. verá que houve melhoramentos na estrada, compra de locomotivas elétrificadas. Poderá ainda constatar que foram construídas estações em todo o seu longo percurso. Foi por tudo isso que ocorreu o deficit, e não por desvio de dinheiro, rubro ou na administração. De fato o Tribunal de Contas aprovou o suplemento, mas suplemento para pagamento de novas locomotivas, de instalações